

Um Feminismo Materialista é Possível (parte)

Christine Delphy

A primeira edição do *Feminist Review* (janeiro de 1979) continha uma crítica ao meu trabalho por duas sociólogas inglesas, Michèle Barrett e Mary McIntosh. Eu respondi a essas três questões depois e procurei mostrar, primeiro, as várias maneiras pelas quais elas mal interpretaram o que eu havia escrito; segundo, o que eu penso que os interesses da crítica feminista devem ser; e terceiro, e mais importante, as várias formas em que Barrett e McIntosh fundamentalmente compreendem mal o marxismo. Não é necessária nessa coleção incluir a primeira parte do artigo, vez que a coleção em si mesma tem os artigos relevantes disponíveis em inglês, mas as últimas duas partes são significativas porque expõem a muito difundida esquizofrenia teórica da Esquerda sobre a questão da opressão das mulheres. A análise contraditória que Barrett e McIntosh produzem é devido a, eu acredito, um desejo desesperado de continuar a eximir os homens de responsabilidade pela opressão das mulheres.

Marxismo mal entendido: abusado e usado

O artigo de Barrett e McIntosh repousa sobre um conjunto de atitudes que são comuns em círculos intelectuais:

1. Uma atitude religiosa sobre os escritos de Marx.
2. Uma afirmação de que o marxismo constitui um todo que alguém deve pegar ou largar.
3. Uma confusão entre o método materialista, usado pela primeira vez por Marx, e a análise do capitalismo que ele fez o utilizando; ou melhor, a redução do primeiro ao segundo.
4. Uma confusão, voluntariamente perpetuada, entre essas duas coisas e a interpretação que os setores “marxistas” fazem da sociedade contemporânea; e

5. Uma apresentação dessa tripla confusão como o todo (a ser pegado ou largado) do “marxismo”, que é, por sua vez, não somente apresentado como uma ciência, mas como A Ciência, tendo todas as características dessa essência pura: em particular, neutralidade e universalidade.

A atitude religiosa constrói Marx como um objeto de estudo em si mesmo. “Marxologistas”, como seu nome indica, estão interessados em Marx *enquanto* Marx. Eles perdem de vista do porquê Marx é importante; ou melhor, eles invertem a ordem de prioridades. Eles julgam Marx não em termos de políticas, mas julgam políticas em termos de Marx. Esta atitude talmúdica pode, à primeira vista, parecer contraditória às interpretações muito variadas a ser encontradas entre os diferentes setores marxistas (algo não ruim em si mesmo) e o fato de que suas análises, todas supostamente “marxistas”, divergem radicalmente entre eles mesmos. Mas, na realidade, a reverência pela missiva de Marx, a constituição disso na referência última, semi-divina, o dogma da infalibilidade, serve para construir a *autoridade* com a qual os “marxistas” posteriores, quem quer que eles sejam, adornam a si mesmos. O recurso do *argumento da autoridade* – eu estou certo porque eu sou um Marxista – não é de jeito nenhum particular de marxistas, mas isso não faz disso mais perdoável.

O marxismo é erigido como o valor dos valores e é visto não somente acima das lutas, mas fora delas. A última perversão, e aquela que é além disso muito difundida, é aquela de que as pessoas então vem julgar a real opressão, e mesmo a própria existência da opressão, de acordo se ou não corresponde ao “marxismo”, e não o marxismo de acordo com se ou não é pertinente ou não à real opressão. Essa perversão não é, claro, um simples desvio do intelecto, desprovido de significado político. Para enfatizar uma revolta, como uma revolução de mulheres, somente aquilo que é consistente com suas interpretações do marxismo permite as pessoas eventualmente a decidir que uma revolta é inválida ou sem importância (“o que importa é ser um marxista, não fazer uma revolução”).

Na medida em que essas duas atitudes relacionadas encarnam o “marxismo” hoje, é mais do que compreensível que a maioria dos oprimidos, incluindo a maioria das feministas, se recusem a se chamar “marxistas”. Assim como eles, saliento aquelas coisas no marxismo que são consistentes com a revolta das mulheres. Não irei derramar uma lágrima pelo marxismo se ele tem que ser abandonado porque ele é visto como sendo inútil em analisar a opressão. Essa é a uma diferença essencial entre minha abordagem daquela de Barrett e McIntosh porque a mim me parece que o sentido mesmo do marxismo repousa em sua

utilidade política. Pessoas que não possuem um interesse político específico – que não são parte de um grupo oprimido – desviaram esse significado fazendo do marxismo um objeto em si mesmo. Ou melhor, assim o fazendo, eles revelaram que não são politicamente engajados. Mas o que isso significa? Isso é sequer possível? Nada está fora do campo da política: alguém está simplesmente de um lado ou do outro. Se você não está do lado do oprimido, você está no outro lado; e a sua abordagem intelectual mostrará isso.

Marxismo e as políticas do conhecimento

Subordinar validade política à “verdade” teórica é um procedimento tipicamente reacionário (e, ainda, um que contrário ao espírito do marxismo). A verdade teórica – seja qual verdade teórica possa ser – simplesmente não existe. De onde uma teoria extrai sua verdade? No que ela pode ser mais ou menos verdadeira que outra teoria, se não naquilo que ela serve a uma classe; de que é verdadeira ou falsa de um ponto de vista *político*, de uma dada posição na luta de classes (no sentido amplo)? A que “verdade absoluta” alguém pode se referir a decretar uma teoria “correta” sem fazer referência à luta de classes? Eu não sei; ou melhor, eu sei muito bem. Essa verdade absoluta é o que a ciência burguesa finge possuir; e é precisamente essa pretensão que o materialismo esvaziou. Marx denunciou precisamente isso em dizer que toda a produção intelectual é produto de uma prática e situação reais. A Ciência, com letra maiúscula, não existe, e o que existe deve ser chamado de “ciência burguesa”.

É portanto estranho ver alguns “marxistas” (como Louis Althusser) restaurando a noção de Ciência e reivindicando uma verdade absoluta, mas dessa vez para o marxismo. Esse *status* simplesmente não é compatível com a própria teoria – o marxismo – para a qual é reivindicada, pelo menos na medida em que o marxismo não rompe com a abordagem que o engendrou – o materialismo. Mas é mais do que contraditório, é inquietante, porque a pretensão à universalidade, ao absoluto, é precisamente a marca dos produtos intelectuais vindo de posições dominantes. Somente dominantes alegam estar acima do *mêlée*, e eles devem alegar assim o ser, uma vez que todo seu conhecimento, sua Ciência, tenta clamar que esse *mêlée* não existe; ou – de uma maneira secundária – a negar a luta de classes. Disto, parece que qualquer reivindicação à universalidade, ao conhecimento não importe o quê, esconde uma perspectiva dominante (do grupo dominante em qualquer antagonismo inter-grupo que está em jogo, e varia de caso a caso).

Mas Barrett e McIntosh apresentam como uma crítica o fato de que:

é claro através de seu trabalho que a posição teórica de Delphy está relacionada de maneira próxima à sua posição política, e de fato ela argumentou que “uma é indispensável à outra”.

Elas então sugerem não somente que *sua* posição teórica *não* está relacionada com sua posição política, mas além disso que isso é algo positivo: aquela teoria pode ser independente da posição social e/ou política que alguém ocupa, e de que assim *deveria* ser. Nesse artigo que elas citam (veja p. 211), eu digo que a teoria não deve ser independente da política, mas de que, de qualquer forma, não pode ser, ainda que deva querer ser. Ao fazê-lo, não estou somente reafirmando o que foi dito em outro lugar por outros tantos autores, começando por Marx, e que é a base para a abordagem materialista. Todo o conhecimento é o produto de uma condição histórica, quer saiba-se disso ou não. A ideia de uma ciência neutra – de uma teoria que não está relacionada com uma posição social/política – não é em si mesma uma ideia neutra; não vem de uma *ausência* de uma posição socio-política, vez que tal ausência é inconcebível. A ideia de que o conhecimento não possui uma base na posição social de seus produtores é, ao contrário, o produto de uma posição social precisa: a posição de dominação.

Assim, quanto Barrett e McIntosh veem o enraizamento de uma teoria em uma posição política como uma fraqueza, elas revelam, ao mesmo tempo, que adotam uma noção de conhecimento e, por isso, do marxismo, que não é somente profundamente anti-marxista, mas acima de tudo, profundamente reacionária e, por isso, antifeminista. Duas das mais sérias implicações políticas práticas dessa situação, que são invisíveis em seu artigo, são as de que, por um lado, justifica elas não revelarem a posição política a partir da qual falam, e por outro, implica que as pessoas, *que não as oprimidas* – teóricos, cientistas – podem falar sobre a opressão. Essa postura está diretamente relacionada ao conteúdo reacionário da posição política que estão escondendo.

Nós vimos que a reificação-deificação de Marx serve para construir a *autoridade* a partir da qual a imposição das teses “marxistas” é então *argumentada*. Isso é simplesmente uma forma de evadir da discussão: de dispensar, ou pensar que alguém está dispensando, com a necessidade de provar a coerência interna de um argumento, chamando-o de um princípio de autoridade. Isso justificadamente horroriza feministas – e outros –, e isso os distancia do marxismo.

Marxismo e a análise do capitalismo

Existem muitas teses “marxistas”. Elas todas tem, no entanto, um ponto em comum: todos os partidos e escolas diferentes que se chamam “marxistas” hoje concordam em perpetuar, ao abrigo da autoridade que seus estudos talmúdicos conferiram sobre Marx o homem, uma confusão imperdoável entre os princípios do materialismo e a análise que Marx fez do modo de produção capitalista (e que, por sua vez, eles intepretaram liberalmente e diversamente). Embora imperdoável, essa redução do primeiro ao último é hoje tão difundida que muitos “marxistas” – e muitos outros – pensam que o capitalismo “inventou” a exploração, que o capitalismo *é* exploração, e de que a exploração *é* capitalismo. Aqui, mais uma vez, não é somente uma questão de simples “erro” ou “ignorância” acontecendo por acaso. Esse “erro” possui um significado político que o feminismo claramente reconheceu: ele faz o antagonismo entre os proletariados e os capitalistas – que é uma das possíveis formas de exploração – em um conflito principal quando quer que ela exista; no modelo para toda a opressão; e, finalmente, da própria definição de exploração. Isso é evidente quando “marxistas” dizem:

1. Ou que o feminismo não pode usar o marxismo: “nenhum conceito de relações de produção desenvolvido sobre o ‘modelo’ de Marxismo... Inclui a necessidade de divisão sexual” (Diana Adlam (1979) em uma publicação do *The Main Enemy*);
2. Ou que a exploração das mulheres não existe uma vez que o marxismo é indiferente à divisão sexual (Mark Cousins (1978) em *m/f*).

Ambos aqui confundem o marxismo – o método – com a análise marxista do capitalismo – uma das aplicações possíveis desse método.

Os conceitos usados pela análise marxista da exploração capitalista (ou *Capital*, para simplificar) não podem na realidade explicar a exploração das mulheres, pela mesma razão que não podem explicar a exploração de servos, escravos, ou servos contratados, ou prisioneiros em campos de trabalho, ou arrendatários africanos. Pela simples razão de que os conceitos usados para explicar a exploração *por salários* – e é isso que é o assunto do *Capital* – não podem explicar a exploração dos não remunerados. Mas os conceitos usados na análise do capitalismo não são o todo do pensamento marxista. Ao contrário, eles são em si mesmos derivados de conceitos mais gerais. Como, de outro modo, teria Marx sido capaz de analisar modos de produção e exploração não-capitalista, tais como a escravidão e o feudalismo? Os conceitos de *classe* e *exploração* não vem do estudo do capitalismo; ao contrário, eles pré-existem a ele, autorizam ele, e são a origem da noção do capitalismo em seu sentido marxista,

ou seja, como um *particular* sistema de exploração. Esses conceitos mais gerais – classe e exploração – não somente de nenhum modo requerem que as divisões sexuais sejam ignoradas mas, ao contrário, são eminentemente úteis em *explicá-las*. E aqui eu quero dizer “explicar” no sentido forte: não somente em descrevê-las, não em descrever somente o que ocorre depois que a divisão existe, mas em explicar sua *gênese*.

Esses conceitos são os conceitos-chave do materialismo em que eu vejo duas bases. Para mim, a primeira base do materialismo é de que ele é uma teoria da história, uma onde a história é escrita em termos da dominação de grupos sociais um pelo outro. A dominação possui em seu motivo último a exploração. Esse postulado explica e é explicado pela segunda base do materialismo: o postulado de que o modo em que a vida é materialmente produzida e reproduzida é a base da organização de todas as sociedades, por isso, é fundamental tanto num nível individual quanto coletivo.

Marxismo e opressão das mulheres

O marxismo é, com toda evidência, materialista. Nesse sentido, pode ser usado pelo feminismo. Na medida em que o materialismo se preocupa com a opressão e, inversamente, se aceitamos que começar da opressão define entre outras coisas uma abordagem materialista, uma ciência feminista tenderá inevitavelmente a uma teoria materialista da história. Para mim, o materialismo não é uma ferramenta possível, entre outras, para os grupos oprimidos; ele é *a* ferramenta precisamente na medida em que é a única teoria da história pela qual a opressão é a realidade fundamental, o ponto de partida.

Isso tem sido escondido ao longo dos anos pelas pessoas que sem apropriaram do marxismo e, assim o fazendo, não somente reduziram o materialismo à análise do modo de produção capitalista apenas, mas ainda esvaziaram o próprio materialismo dessa análise porque eles fizeram dele uma análise acadêmica entre outras, e em competição com outras em seus “méritos acadêmicos” isoladamente. Eles portanto verteram o significado profundo que impulsiona a análise marxista e que a distingue como uma abordagem mais além do seu conteúdo – a explicação e a luta contra a opressão. É portanto claro que o não-reconhecimento da divisão sexual na análise do *Capital* de nenhuma forma impede a aplicação de conceitos materialistas à opressão das mulheres. Porém, esse não-reconhecimento coloca um problema – não para as mulheres, mas para a análise do modo de produção capitalista. Na verdade não é tanto uma questão de não-reconhecimento, como de não-problematização. A análise que Marx fez da exploração remunerada não é, como Mark

Cousins finge, indiferente à divisão dos sexos ou, de qualquer maneira, não é assim no sentido que Cousins (e outros) entendem. Eles pensam que na análise do capital, as posições descritas – ou as classes constituídas pela análise (capitalistas e trabalhadores) – podem ser indiferentemente ocupadas por homens ou mulheres. O fato de que estão sobretudo ocupadas por homens é visto como um fator externo, e um que não remove nada da validade da análise. Isso implica que os últimos seriam os mesmos caso as classes fossem constituídas em partes iguais por mulheres e homens. Mas isso é falso: a análise do modo de produção capitalista é indiferente à divisão sexual no sentido de que o fato de que as posições *não poderiam* ser ocupadas indiferentemente por homens ou mulheres não é sequer percebido como um problema. Sua teoria é indiferente ao problema, certamente, mas no sentido oposto: toma a divisão sexual como dada, a reconhece e a integra: é baseada nela.

Por isso, a abordagem materialista não pode se satisfazer em adicionar a análise materialista da opressão das mulheres à análise da opressão dos trabalhadores feita por Marx, e marxistas posteriores. Os dois não podem ser simplesmente adicionados juntos, uma vez que o primeiro necessariamente modifica o segundo. O feminismo necessariamente modifica o “marxismo” de diversas maneiras: primeiro, porque é impossível para ele aceitar a redução do marxismo somente à análise do capital; segundo, uma vez que a luta entre trabalhadores e capitalistas não é a única luta, esse antagonismo não pode mais ser tomado como a única dinâmica da sociedade; e terceiro, porque também modifica a análise do capital *de dentro*. O reconhecimento da existência do patriarcado – ou, para aqueles que ficam chocados com esse termo, da divisão sexual (que ninguém pode negar e que, para mim, é uma e a mesma coisa) – torna evidente que “a classe trabalhadora” descrita por marxistas e caracterizadas por eles como “teoricamente assexual” é profunda e verdadeiramente sexuada, e não somente numa maneira empírica e contingente. É totalmente comprometida com somente a parte masculina da classe trabalhadora. Todos os conceitos usados por Marx, e então pelos outros, tomam como uma definição estrutural e teórica da condição dos trabalhadores a porção do trabalho homem. Mulheres trabalhadoras são invisíveis, estão ausentes da análise do mercado de trabalho por um lado, e seu trabalho doméstico e sua exploração é tomada como dada em outra. Portanto, não somente a redução do marxismo à análise do capital, mas o próprio conteúdo de sua análise, o faz impossível de aplicar *esse* marxismo à opressão das mulheres. Mas, ainda mais, tendo em conta a opressão das mulheres – que é o que quer dizer ser uma feminista – faz, ou deveria fazer, impossível de aceitar essa análise mesmo quanto se trata do capital.

Dois objetivos: a extensão dos princípios do marxismo (ou seja, do materialismo) à análise da opressão das mulheres, e uma crítica da análise do capital de um ponto de vista do que se adquiriu na análise feminista, é o que deveria definir uma abordagem feminista marxista ou marxista feminista, se as palavras têm algum significado. Mas é a própria possibilidade de tal abordagem que Barrett e McIntosh tentam negar (ou melhor, impedir) ao afirmar que sua concepção de marxismo é a única, e em alegando, além disso, que eu estaria me contradizendo se eu “tentasse no meu uso do marxismo” fazer aquilo que eu digo que é impossível: “abstrair conceitos técnicos de seu ‘contexto reacionário’.” Notando, de passagem, que elas aqui qualificam o marxismo como um “contexto reacionário”, eu mantenho que isso é verdadeiro sobre todas as teorias gerais da sociedade ou humanidade que possuímos. Abordagens gerais do mundo, quer sejam antropológicas, sociológicas ou psicoanalíticas, tomam a opressão das mulheres como dada, são incapazes de explicá-la, e acima de tudo, são incapazes de ajudar a derrubá-la. Isso se aplica igualmente ao marxismo como Barrett e McIntosh o compreendem (ou seja, à análise convencional do *Capital*); e de que seria “ilusório pretender chegar em diferentes resultados com as mesmas ferramentas conceituais” é abundantemente provado pelo fracasso do “debate do trabalho doméstico”. Isto é de fato porque eu não uso essa análise e porque eu julgo que elas não deveriam a usar também. Mas isso não é verdadeiro do materialismo como um método, e isso é porque uma abordagem feminista materialista não somente é possível, mas também necessária, seja o que for que possam falar.

Fonte:

DELPHY, Christine. A materialist feminism is possible. In: *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Opression*. Great Britain: The University of Massachusetts Press, 1984. p. 154-161.